

29/03/2011

PRIMEIRA TURMA

HABEAS CORPUS 104.779 RIO DE JANEIRO

RELATOR	: MIN. DIAS TOFFOLI
PACTE.(S)	: JOSE MANOEL PAZOS ANTELO
PACTE.(S)	: SELMA AQUINO LINS
IMPTE.(S)	: TATIANA BARBOSA DUARTE E OUTRO(A/S)
COATOR(A/S)(ES)	: SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

### EMENTA

*Habeas corpus. Processual penal. Lavagem de dinheiro. Competência determinada pela conexão. Aplicação do art. 76, II e III, do CPP. Especialização de juízo. Irrelevância. Ordem indeferida.*

1. Verificada a conexão, objetiva e probatória, afigura-se lícito o processamento da ação penal em foro diverso do especializado por força de norma infraconstitucional posterior aos fatos.

2. Não ocorrência de ofensa ao princípio do juiz natural, diante de expressa previsão legal.

3. Aplicação das hipóteses do art. 76, II e III, do CP.

4. Ordem denegada.

### ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros da Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal, sob a Presidência da Sra. Ministra Cármen Lúcia, na conformidade da ata do julgamento e das notas taquigráficas, por maioria de votos, em negar a ordem de **habeas corpus**, nos termos do voto do Relator.

Brasília, 29 de março de 2011.

MINISTRO DIAS TOFFOLI

Relator



29/03/2011

PRIMEIRA TURMA

HABEAS CORPUS 104.779 RIO DE JANEIRO

RELATOR	: MIN. DIAS TOFFOLI
PACTE.(s)	: JOSE MANOEL PAZOS ANTELO
PACTE.(s)	: SELMA AQUINO LINS
IMPTE.(s)	: TATIANA BARBOSA DUARTE E OUTRO(A/S)
COATOR(A/S)(ES)	: SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

## RELATÓRIO

## O SENHOR MINISTRO DIAS TOFFOLI (RELATOR):

**Habeas corpus**, com pedido de liminar, impetrado pela advogada Tatiana Barbosa Duarte, em favor de José Manoel Pazos Antelo e Selma Aquino Lins, buscando a nulidade da ação penal à qual respondem os pacientes.

Aponta como autoridade coatora a Quinta Turma do Superior Tribunal de Justiça, que denegou a ordem no HC nº 152.735/RJ impetrado àquela Corte, Relatora a Ministra **Laurita Vaz**.

Sustenta a impetrante, em síntese, que *“ação penal objeto da presente impetração não pode ser processada pelo juízo da 6ª Vara Federal Criminal em virtude da edição de norma que alterou as regras de competência da Seção Judiciária do Rio de Janeiro, emanada do próprio Tribunal Regional Federal da 2ª Região, nos exatos limites da atribuição conferida pelo art. 96. I, a. da Constituição Federal”* (fl. 8).

Aduz, em suas razões, que:

“(…)

Nos termos da Resolução Conjunta na 01/2005, os juízos competentes para processamento e julgamento de processos que versam sobre crime de lavagem de dinheiro são os da 2ª, 3ª, 5ª e 7ª Varas Federais Criminais, especializados em razão da matéria e da natureza da infração, com competência sobre toda a área territorial compreendida na Seção Judiciária do Rio de Janeiro (arts. 1º e 2º, § 1º).

Todas as denúncias oferecidas em data posterior à edição da referida Resolução, por óbvio, devem ser distribuídas a uma das varas especializadas. Bem assim, as ações penais, inquéritos policiais, procedimentos cautelares e procedimentos criminais diversos já existentes, quando da edição da Resolução, nos quais não tivesse havido a prática de ato jurisdicional de cunho decisório até aquela data, deveriam ser redistribuídos aos juízos especializados (art. 2º, §§ 3º e 5º).

(...)

Olvidou-se o **decisum**, todavia, do fato de que a discussão quanto às regras de determinação de competência não se restringe à repartição tríplice de competência objetiva, funcional e territorial.

Por vezes impõe-se a conjugação de mais de um critério, dentre eles, o da natureza da infração (espécie do gênero 'competência em razão da matéria').

A especialização de varas federais para julgamento de crimes contra o sistema financeiro e lavagem de dinheiro, por determinação do Conselho de Justiça Federal, através de Resoluções emanadas dos próprios Tribunais Regionais Federais, bem como a ampliação do número de órgãos jurisdicionais especializados, como garantia necessária ao princípio do juiz natural, é tema conhecido dos Tribunais Superiores.

(...)

No caso concreto, a referida modificação na norma de organização judiciária não se confunde com um simples comando administrativo. Trata-se do estabelecimento de mais uma regra de determinação de competência em razão da matéria, de cunho absoluto, ostentando o mesmo nível de importância de qualquer outra norma desta espécie, inclusive a prevista no art. 76, do CPP" (fls. 5 a 7 da inicial – grifos no original).

(...)

Não se cogita, com a devida **venia**, da norma contida no art. 76 do CPP preponderar sobre a norma disciplinada na

Resolução dos Tribunais.

Mais do que isso: a prevalência da Resolução na espécie mostra-se determinante para a definição da competência do juízo em razão da especificidade da infração imputada, em razão da matéria, critério absoluto de fixação.

Há, entretanto, que se fazer uma distinção muito clara entre critérios de determinação de competência e hipóteses de sua prorrogação. Nesse passo, falar-se em prorrogação de competência para legitimar a atuação da 6ª Vara Federal Criminal é inviável, pelo simples fato de que a prevenção apenas prorroga a competência quando há conflito entre dois ou mais juízos igualmente competentes.

Em caso de **conflito entre juízo absolutamente competente** (em razão da matéria) e **juízo absolutamente incompetente**, inadmissível que a prevenção outorgue competência a juízo que não a possui.

(...)

Em outras palavras, a prevenção é um critério de solução de conflito positivo de competência, pressupondo dois ou mais juízos igualmente competentes. **Na espécie, repita-se, a 6ª Vara Criminal é absolutamente incompetente.**

Nulo, portanto, qualquer ato jurisdicional de conteúdo decisório já proferido naqueles autos - todos posteriores à edição da Resolução Conjunta, aí incluída a decisão de recebimento da denúncia - uma vez que emanado por ente diverso daquelas quatro varas federais absolutamente competentes para apreciação das especificidades do delito de lavagem de dinheiro desde o ano de 2005 (art. 2º, § 2º)" (fls. 8 a 15 – grifos no original).

Conclui afirmando que *"cuidando a ação penal exclusivamente de delito previsto na Lei nº 9.613/98, e não tendo sequer se iniciado a instrução criminal antes da edição da Resolução Conjunta na 001/2005, impunha-se ao juízo da 6ª Vara Federal Criminal declinar de sua competência, remetendo os autos à livre distribuição para uma daquelas quatro varas federais especializadas no julgamento da matéria"* (fl. 18).

HC 104.779 / RJ

Requer, ao final, o deferimento da liminar para sobrestar “o andamento do processo nº 2008.51.01.815994-9, da 6ª Vara Federal Criminal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro” e, no mérito, pede a concessão da ordem para que seja reconhecida “a incompetência da 6ª Vara Federal Criminal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro para processamento da Ação Penal proposta contra o paciente e a nulidade do processo, determinando a remessa do feito à livre distribuição entre Varas Federais Criminais Especializadas (...)” (fls. 20 a 22).

Foram requisitadas informações prévias à autoridade apontada como coatora pelo Min. **Ayres Britto**, no exercício da Presidência (fl. 28), as quais foram devidamente prestadas (fls. 38 a 57)

Aos 4/11/2010, indeferi a medida liminar requerida (fls. 71 a 77).

O Ministério Público Federal, em parecer do ilustre Subprocurador-Geral da República Dr. **Mario José Gisi**, manifestou-se pela denegação da ordem (fls. 59 a 67).

É o relatório.

29/03/2011

PRIMEIRA TURMA

HABEAS CORPUS 104.779 RIO DE JANEIRO

## VOTO

**O SENHOR MINISTRO DIAS TOFFOLI (RELATOR):**

Conforme relatado, volta-se esta impetração contra decisão da Quinta Turma do Superior Tribunal de Justiça, que denegou a ordem no HC nº 152.735/RJ impetrado àquela Corte, da relatoria da Ministra Laurita Vaz.

Narra a impetrante, na inicial, que:

“(…)

Em novembro de 2008, José Manoel e sua esposa, Selma Aquino, foram denunciados perante o juízo da 6ª Vara Federal Criminal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro pelo delito de lavagem de dinheiro, previsto no art. 1º, incisos V e VII, da Lei nº 9.613/98 (Doc. 01).

Para propor a ação penal, todavia, o Ministério Público Federal não se utilizou do regular trâmite de inquérito policial ou de, qualquer outro procedimento investigatório. A denúncia está acompanhada simplesmente de cópias de documentos extraídos de Medida Cautelar (processo nº 2000.51.01.512313-1) relativa a outra Ação Penal, instaurada em dezembro de 2004, no mesmo juízo da 6ª Vara Federal Criminal (Ação Penal nº 98.0048974-6), na qual o 1º paciente também figura entre os denunciados (Doc. 02).

Recebida a exordial, os pacientes ofereceram resposta escrita à acusação e opuseram exceção de litispendência (Doc. 03). Os pedidos de rejeição da inicial e de absolvição sumária ventilados na resposta não foram acolhidos e a exceção foi rejeitada, designando-se Audiências de Instrução e Julgamento (Doc. 04).

A defesa dos pacientes apresentou, então, pedido de reconhecimento da incompetência absoluta do juízo da 6ª Vara Federal Criminal, agora com base na Resolução Conjunta nº

HC 104.779 / RJ

001/2005, do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, que fixa a especialização das 2ª, 3ª, 5ª e 7ª Varas Federais Criminais para o processamento e julgamento das ações penais que versem sobre o delito de lavagem de dinheiro (Doc.05).

(...)

Indeferido o pleito, foi impetrado **habeas corpus** perante o Tribunal Regional Federal da 2ª Região, concedida liminar para suspender a realização das Audiências de Instrução e Julgamento (Doc.06). No mérito, todavia, a ordem restou denegada, considerando-se prorrogada a competência da 6ª Vara Federal Criminal sob o argumento da existência de conexão probatória e objetiva (Doc. 07).

Em flagrante inobservância às normas de competência do próprio TRF, a 2ª Turma Especializada entendeu que a regra de prevenção merecia prevalecer, desconsiderada a regra de especialização, de modo que o disposto no art. 76 do CPP deveria preponderar 'sobre a norma infralegal existente na Resolução, que tem caráter administrativo e que encontra seu limite na lei'.

(...)

Em face do manifesto constrangimento ilegal que sofrem os pacientes, absoluta a incompetência do juízo da 6ª Vara Federal Criminal, impetrou-se novo **habeas corpus** perante o Egrégio Superior Tribunal de Justiça, autuado sob o nº 152.735/RJ, distribuído à Colenda Quinta Turma, ora apontada como autoridade coatora, relatora a eminente Ministra Laurita Vaz. Requereu-se, liminarmente, o sobrestamento da ação penal até o julgamento definitivo do **writ** e, no mérito, o reconhecimento da nulidade para determinar a remessa dos autos a uma das varas federais criminais especializadas (Doc.09).

Indeferida a liminar (Doc. 10 ), a douta Ministra relatora abriu vista ao órgão ministerial. O judicioso parecer da douta Procuradoria Geral da Republica veio pela concessão da ordem, sublinhando que a 'questão em apreço dispensa maiores dilações', porquanto em caso análogo já havia aquela Corte manifestado-se pela redistribuição do feito (Doc. 11).

No último dia 21 de junho, todavia, após pedido de vista do Ministro Jorge Mussi, concluiu-se o julgamento do writ com a denegação da ordem por maioria, vencido o Ministro Napoleão Maia Filho, que a concedia lembrando, inclusive, precedentes da própria Quinta Turma e bem ressaltando que, mesmo em hipótese de conexão, deve prevalecer o juízo especializado, que atrai os feitos conexos, e não o contrário, na linha sustentada também pela Procuradoria Geral da República (Doc. 12)" (fls. 4 a 7 – grifos no original).

Eis o teor do julgado proferido por aquela Corte de Justiça:

**"HABEAS CORPUS. CRIMES DE LAVAGEM DE DINHEIRO E OCULTAÇÃO DE DINHEIRO. CONEXÃO PROBATÓRIA E OBJETIVA. PREVENÇÃO. PRORROGAÇÃO DA COMPETÊNCIA. CELERIDADE E EFICÁCIA DA PRESTAÇÃO JURIDICIONAL. REDISTRIBUIÇÃO DO FEITO À VARA ESPECIALIZADA. IMPOSSIBILIDADE. PREPONDERÂNCIA DO CRITÉRIO LEGAL. ORDEM DENEGADA.**

1. Evidenciada a conexão probatória e objetiva, nos termos do art. 76, incisos II e III, do Código de Processo Penal, entre os crimes de lavagem de dinheiro e ocultação de bens imputados aos Pacientes e àqueles praticados pela organização criminoso que, por meio de supostos procedimentos licitatórios fraudulentos, atou por aproximadamente 10 (dez) anos em desfavor do patrimônio do Conselho Federal de Enfermagem - COFEN, a competência para o julgamento dos crimes, é, de fato, do Juízo da 6ª Vara da Justiça Federal do Rio de Janeiro, pois a teor do art. 83 do Código de Processo Penal, foi aquele que primeiro conheceu e despachou o processo.

2. Ademais, em que pese existirem Varas Federais especializadas para o julgamento de crimes previstos na Lei nº 9.613/98, o Juízo Federal determinou busca e apreensão e quebra de sigilo bancário em investigação nos autos de medida cautelar, conexa a processo-crime de sua competência, que



HC 104.779 / RJ

resultou na ação penal a que respondem os Pacientes, tornando-se preventivo em razão da prática do referido ato.

3. **Habeas Corpus** denegado" (fl. 46).

Essa é a razão pela qual se insurge a impetrante neste writ.

Pelo que se tem na decisão proferida pela Quinta Turma do Superior Tribunal, não se vislumbra nenhuma ilegalidade, abuso de poder ou teratologia que justifique a concessão da ordem. Com efeito, o julgado proferido por aquela Corte encontra-se suficientemente fundamentado, restando justificado o convencimento formado.

Em seu arrazoadado, sustenta a impetrante que a Ação Penal (nº 2008.51.01.815994-9) objeto da presente impetração não pode ser processada pelo Juízo da 6ª Vara Federal Criminal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro, em virtude da edição da Resolução Conjunta nº 01/005, do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, a qual estabelece como juízos competentes para o processo e julgamento dos casos que versam sobre crime de lavagem de dinheiro os Juízos das 2ª, 3ª, 5ª e 7ª Varas Federais Criminais, especializados para tanto em razão da matéria e da natureza da infração.

Assevera que todas as denúncias oferecidas em data posterior ao advento da referida Resolução deveriam ser distribuídas a uma das varas especializadas, assim como as ações penais, os inquéritos policiais e os procedimentos cautelares e criminais diversos já existentes, nos quais não tenha havido a prática de ato jurisdicional de cunho decisório.

Afirma que não se cogita, no caso, do previsto no art. 76 do Código de Processo Penal, devendo prevalecer o quanto disposto na Resolução, determinante para que se defina a competência do juízo acordo com a matéria em questão, ou seja, de acordo com a especificidade do delito imputado.

Diz que a prevenção apenas prorroga a competência quando há conflito entre dois ou mais juízos igualmente competentes, o que não ocorreria na espécie, porquanto o Juízo da 6ª Vara Federal Criminal seria absolutamente incompetente.

Inicialmente faz-se necessário estabelecer, na hipótese em exame, se

HC 104.779 / RJ

efetivamente a especialização de determinados juízos de uma localidade implica, de forma cogente e absoluta, ser necessário o deslocamento incontinente de todas as ações de uma determinada natureza para aquela Vara, ou se normas infraconstitucionais e de cunho administrativo dos Tribunais podem reger de forma diversa.

Em outras palavras, faz-se necessário perquirir se esse proceder (a especialização de Varas) implica à alteração de regras de competência absoluta ou de competência relativa.

O Tribunal Regional Federal da 2ª Região denegou a ordem impetrada, sob o seguinte fundamento:

“Conforme se depreende dos autos, o paciente JOSE MANOEL também é réu, juntamente com mais 48 pessoas, no processo que tramita no Juízo ora impetrado sob o nº 98.00048974-6, o mesmo trata da suposta prática dos delitos de peculato; formação de quadrilha ou bando, fraude à licitação; lavagem de dinheiro; falsidade ideológica; uso de documento falso e advocacia administrativa.

A citada ação penal teve origem em investigação acerca de organização criminosa que, por meio de supostos procedimentos licitatórios fraudulentos, atuou por aproximadamente 10 (dez) anos em desfavor do patrimônio do Conselho Federal de Enfermagem – COFEN.

Por sua vez, o feito originário do presente **habeas corpus**, processo nº 2008.51.01.815994-9, apura a suposta ocultação de bens provenientes de desvios de recursos do COFEN pelos pacientes durante os anos de 1999 a 2004.

A denúncia do mesmo, fls. 11/22, teve origem em investigações efetuadas nos autos da Medida Cautelar 2000.51.01.512313-1 (fl. 100/104), ação conexa ao processo 98.00048974-6.

Desta forma, a conduta objeto da persecução penal ora questionada tem relação direta com as investigadas na primeira ação penal, que envolviam um número grande de agentes, sendo complexas, se encaixando, como visto, em diversos

delitos tipificados em nosso ordenamento penal.

Após diligências efetuadas no bojo da citada Medida Cautelar, verificou-se que havia indícios da prática do delito descrito no art. 1º, V e VII, da Lei 9.613/98 pelos pacientes, o que demandou uma apuração mais aprofundada.

Em consequência, foi oferecida a denúncia da ação penal originária do presente writ, distribuída por dependência à Medida Cautelar (fl.11).

Na hipótese, é indubitável que há verdadeira conexão, nas modalidades objetiva – quando uma infração é cometida para facilitar ou ocultar outras, bem como para garantir a impunidade ou a vantagem do que já foi feito - e instrumental ou probatória - quando a prova de uma infração influi na de outra.

O art. 76, II e III, do CPP, dispõe, *in verbis*:

'Art. 76. A competência será determinada pela conexão:

(...)

II – se, no mesmo caso, houverem sido umas praticadas para facilitar ou ocultar as outras, ou para conseguir impunidade ou vantagem em relação a qualquer delas;

III – quando a prova de uma infração ou de qualquer de suas circunstâncias elementares influir na prova de outra infração.'

A questão vai além da conveniência da reunião das causas perante o mesmo Juízo, mas de sua necessidade para a apuração da verdade real.

(...)

Estando as provas relativas as ações penais em apreço intimamente ligadas, comunicando-se intrinsecamente entre si e tendo a ocultação de bens sido praticada para esconder o fruto dos delitos investigados na ação penal nº 98.00048974-6, não há como se negar a ocorrência das chamadas conexão probatória e conexão objetiva.

Tem-se, assim, a prorrogação da competência da 6ª Vara

Federal Criminal, que, a princípio, seria incompetente para o julgamento do feito originário em virtude da especialização determinada pela Resolução Conjunta nº 01/2005 do TRF da 2ª Região.

Esta ocorre em virtude do disposto no art. 76 do CPP, critério legal, que prepondera sobre a norma infralegal existente na Resolução, que tem caráter administrativo e que encontra seu limite na lei.

Ademais, nos termos constantes das considerações iniciais da já citada Resolução, a especialização tem como fim precípua garantir maior celeridade e eficácia na prestação jurisdicional.

A redistribuição do feito originário para uma das varas especializadas em crimes contra o sistema financeiro nacional e de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores desrespeitaria tal diretriz, pois protelaria a manifestação do Judiciário, que deve ser, dentro dos parâmetros legais, a mais rápida possível, a fim de atender as demandas dos jurisdicionados e do próprio paciente."

(...)

Mesmo que assim não fosse, como bem observado pela autoridade impetrada e pelo membro do **Parquet**, a presente hipótese enquadra-se em uma das exceções à competência estabelecida pela Resolução 01, de 09/06/2005, qual seja:

Art. 2º Serão processados e julgados pelas Varas criminais especializadas os crimes previstos no art. 1º da presente Resolução, qualquer que seja o meio, modo ou local de execução, efetuando-se a necessária compensação.

(...)

**§ 5º - Os inquéritos policiais, as ações penais, os processos cautelares e os procedimentos criminais diversos, nos quais tenha sido praticado ato jurisdicional de cunho decisório em data anterior à da publicação desta Resolução, permanecerão no órgão jurisdicional originário, prevento em razão da prática do referido ato.**  
(grifei)

Conforme informado pelo Juízo da 6ª Vara Criminal às fls.

97/99, em 28 de junho de 2000, foi decretada nos autos da Medida Cautelar 2000.51.01.512313-1 diligência de busca e apreensão de notas de débitos emitidas em favor da empresa Sylditour – Viagens e Turismo Ltda, de propriedade do ora paciente, tendo sido o primeiro ato jurisdicional de cunho decisório proferido no procedimento.

Acrescentou a autoridade impetrada que 'em março de 2005, o Ministério Público Federal requereu o afastamento do sigilo bancário de, entre outros, JOSÉ MANOEL PAZOS ANTELO. A promoção do Ministério Público Federal evidencia que as diligências então requeridas decorriam diretamente do material apreendido na 'operação predador'. Tratando-se de medida cautelar própria, este juízo determinou sua autuação em apartado, vindo a deferir o afastamento do sigilo do paciente JOSÉ MANOEL PAZOS ANTELO em 8 de abril de 2005'.

Desta forma, conforme fundamentado, a 6ª Vara Federal Criminal é competente para processar e julgar o processo originário em virtude da prevenção e do disposto no art. 2º, § 5º, da Resolução 01/2005. (fls. 488/492)."

A Quinta Turma do Superior Tribunal de Justiça, ao apreciar a questão, assentou:

"(...) a existência de Vara Federal especializada para o julgamento dos crimes contra o sistema financeiro nacional e de lavagem de capital fixa a competência em razão da matéria, o que determinaria a remessa do feito.

Contudo, ocorre a conexão quando duas ou mais infrações estiverem entrelaçadas por um vínculo, que aconselhe a junção dos processos. O instituto visa propiciar ao julgador perfeita visão do quadro probatório, permitindo-lhe entregar a melhor prestação jurisdicional, sendo regra a reunião dos processos havendo conexão ou continência.

No caso, os Pacientes foram denunciados como incurso no art. 1º, incisos V e VII, da Lei nº 9.613/98, porque se

**HC 104.779 / RJ**

utilizavam de contas bancárias da empresa de turismo que geriam - Sylditour Viagens e Turismo - para ocultar recursos desviados em fraudes apuradas em outra ação penal em trâmite perante o Juízo da 6.<sup>a</sup> Vara Federal Criminal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro.

Ora, evidenciada a conexão probatória e objetiva, nos termos do art. 76, incisos II e III, do Código de Processo Penal, entre os crimes de lavagem de dinheiro e ocultação de bens imputados aos Pacientes e àqueles praticados pela organização criminosa que, por meio de supostos procedimentos licitatórios fraudulentos, atuou por aproximadamente 10 (dez) anos em desfavor do patrimônio do Conselho Federal de Enfermagem – COFEN, a competência para o julgamento dos crimes é, de fato, do Juízo da 6.<sup>a</sup> Vara da Justiça Federal do Rio de Janeiro, pois, a teor do art. 83, do Código Processo Penal, foi aquele que primeiro conheceu e despachou o processo.

Com efeito, apesar de existirem Varas Federais especializadas para o julgamento de crimes previstos na Lei nº 9.613/98, a própria Resolução Conjunta 001/2005 do Tribunal Regional Federal da 2.<sup>a</sup> Região, invocada pelo Impetrante, ressalta que as ações penais, nos quais tenha sido praticado ato jurisdicional de cunho decisório em data anterior à sua publicação, permanecerão no órgão jurisdicional originário.

Sabe-se que o Juízo da 6.<sup>a</sup> Vara da Justiça Federal do Rio de Janeiro já praticou diversos atos decisórios, inclusive proferiu sentenças de mérito, nas diversas ações penais que tratam do esquema criminoso que atuava em desfavor do COFEN, do qual o Paciente é acusado de participar.

Desse modo, diante da evidente conexão entre as ações, a redistribuição desta para o Juízo especializado em razão da matéria implicaria na redistribuição de todas as outras, o que contraria a prevenção estabelecida no art. 2º, § 5º, da mencionada resolução.

Ademais, apesar de existirem Varas Federais especializadas para o julgamento de crimes previstos na Lei nº 9.613/98, o Juízo Federal determinou busca e apreensão e

quebra do sigilo bancário em investigação nos autos de medida cautelar, conexa a processo-crime de sua competência, que resultou na ação penal a que respondem os Pacientes, tornando-se preventivo em razão da prática do referido ato.

Frise-se, por fim, que como bem reconheceu o acórdão impugnado, o art. 76 do CPP, critério legal, que prepondera sobre a norma infralegal existente na Resolução, que tem caráter administrativo e que encontra seu limite na lei (fl. 492)."

Como ensina **Eugênio Pacelli de Oliveira** (**Curso de Processo Penal**, 13<sup>a</sup> ed. 2<sup>a</sup> tiragem, Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010. p. 284-287), "*o segundo critério para apontar a competência para o julgamento de determinada ação penal é o da 'natureza' da infração. Isso porque, nas cidades de maior porte, a jurisdição obedece a diversas outras repartições, conforme o disposto nas lei de organização judiciária, distribuindo-se a competência criminal por varas 'especializadas'. É o caso dos grandes centros, de Varas Criminais de Tóxicos, de Crimes de Trânsito, etc. (...) Nos demais exemplos, Varas de Tóxicos, Trânsito, etc., a competência é relativa, como também relativa será a nulidade decorrente de sua não-observância, desde que respeitados os ritos processuais que eventualmente sejam constitutivos da ampla defesa e do contraditório. (...) No entanto há quem sustente que as regras de organização judiciária também se instituem como competência absoluta. Pensamos que não. A nosso juízo, somente a Constituição Federal pode definir regras relativas à competência absoluta, em razão da função ou em razão da matéria. Embora não se possa negar que as normas de organização judiciária, quando criam 'varas especializadas', estão estabelecendo competência 'por matéria' o fato é que o princípio do juiz natural e, assim, da competência absoluta, impõe-se apenas como competência de 'jurisdição' (da Justiça Federal, Estadual, Militar, Eleitoral, Trabalhista, etc.). Por isso, independentemente da instituição de varas especializadas, se a matéria é da competência (constitucional) de Juiz de Direito, o vício de incompetência será relativo, se não obedecida a organização judiciária (quando a decisão for proferida por Juiz de Direito, de outra Vara)."*

Diversa, portanto, a situação nos precedentes invocados pela impetrante, todos eles envolvendo situações de competência absoluta, por

HC 104.779 / RJ

força de norma constitucional.

No caso em exame, por força de apuração em ação cautelar em trâmite perante a 6ª Vara Federal Criminal da Seção Judiciária do Estado do Rio de Janeiro (Proc. nº 2000.51.01.512313-1), conexa à Ação Penal nº 98.00048974-6, na qual se visa sancionar a prática de supostos procedimentos licitatórios fraudulentos praticados em detrimento do Conselho Federal de Enfermagem (COFEN), teriam sido detectados indícios de que os pacientes realizaram atos tendentes a esconder produtos dos ilícitos apurados naquela ação penal, motivo pelo qual foram acusados, em nova ação penal (Proc. Nº 2008.51.01.815994-9), pela prática do crime de lavagem de dinheiro.

Assim, não obstante a especialização de outros Juízos Federais da Seção Judiciária do Estado do Rio de Janeiro para julgamento de crimes de lavagem de dinheiro e ocultação de bens, por força de ato interno do Tribunal Regional Federal da 2ª Região (Resolução Conjunta nº 001/2005), e ainda que eventualmente não se possa inferir a existência de ato decisório anterior em procedimento cautelar decorrente da Ação Penal nº 2008.51.01815994-9, a justificar pelo regramento administrativo estabelecido a prorrogação da competência do Juízo da 6ª Vara Federal Criminal, a atração da competência, no caso concreto, finca-se no estabelecido nos incisos II e III do art. 76 do Código de Processo Penal, que prevêem hipóteses de conexão objetiva consequencial e de conexão probatória, a justificar a prevenção daquele Juízo para a segunda ação penal instaurada (CPP, art. 78, II, “c” c/c o art. 83).

Nesse sentido, **mutatis mutandis**, a decisão desta Primeira Turma no HC nº 88.558/SP, da relatoria do Ministro **Ricardo Lewandowski** (DJ 23/3/2007):

“HABEAS CORPUS. PROCESSUAL PENAL. CORRUPÇÃO PASSIVA. COMPETÊNCIA DETERMINADA PELA CONEXÃO. OFENSA AO PRINCÍPIO DO JUIZ NATURAL INOCORRÊNCIA. APLICAÇÃO DO ART. 76, I e III, do CPP. ORDEM INDEFERIDA. I. Verificada a conexão, intersubjetiva ou probatória, afigura-se lícito o processamento



HC 104.779 / RJ

da ação penal em foro diverso do local da infração. II. Inocorrência de ofensa ao princípio do juiz natural, diante de expressa previsão legal. III. Aplicação das hipóteses do art. 76, I e III, do CP. IV. Ordem indeferida.”

Igualmente firme a orientação consolidada perante esta Suprema Corte de que é relativa a incompetência resultante de infração às regras legais de prevenção (HC nº 69.599/RJ, Tribunal Pleno, relator o Min. **Sepúlveda Pertence**, 27/8/1993; HC nº 69.287/SP, Primeira Turma, relator o Min. **Moreira Alves**, DJ de 30/10/1992; HC nº 77.571/RJ, Primeira Turma, relator o Min. **Ilmar Galvão**, DJ de 16/4/1999; HC nº 77.754/SP, Primeira Turma, relator o Min. **Sydney Sanches**, DJ de 28/5/1999).

No mesmo sentido:

“**Habeas corpus**: pretensão à reunião de diversos processos instaurados contra o paciente, por delitos contra a ordem tributária e contra a previdência social, sob alegada caracterização de crime continuado. Competência, por prevenção: nulidade relativa: preclusão. 1. É da jurisprudência do Tribunal que é relativa a incompetência resultante de infração às regras legais da prevenção: daí a ocorrência de preclusão se, como sucedeu no caso, não foi argüida, no procedimento ordinário de primeiro grau, no prazo da defesa prévia. 2. Resulta, pois, nos termos da parte final do art. 82 C.Pr.Pen., que, tanto o juízo da existência do crime continuado, quanto, se for o caso, a unificação das penas, hão de proceder-se no juízo da execução. 3. **Habeas corpus** indeferido” (HC nº 81.134/RS, Primeira Turma, rel. Min. **Sepúlveda Pertence**, DJe de 6/9/2007).

Verifico, ainda, que os pacientes, ao serem citados pelo Juízo da 6ª Vara Federal Criminal para oferecimento de defesa preliminar, fizeram-no sem qualquer irresignação quanto à proclamada incompetência daquele juízo (fls. 441/455 – apenso 1), precluindo a oportunidade para o debate, que, posteriormente, veio a se instaurar.

HC 104.779 / RJ

Ressalto, por último, a manifestação do Ministério Público Federal. Leio do parecer do ilustre Subprocurador-Geral da República Dr. **Mario José Gisi**:

“(…)

De fato, os pacientes foram denunciados por incursos no art. 1º, V e VII, da Lei nº 9.613/96 porque se valiam de contas bancárias da empresa que administravam – Sylditour Viagens e Turismo – para ocultar recursos desviados em fraudes apuradas em outra ação penal instaurada perante o Juízo da 6ª Vara Federal Criminal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro.

O que se constata, na espécie, é a conexão teleológica e probatória, na forma do art. 76, II e III, do Código de Processo Penal, entre os crimes de lavagem de dinheiro e ocultação de bens atribuídos aos pacientes e aqueles perpetrados pela associação criminosa que atuou por cerca de 10 (dez) anos em detrimento do patrimônio do COFEN – Conselho Federal de Enfermagem.

Essa conexão, consistente no laço causal-teleológico e probatório, implica na prorrogação legal da competência do Juízo da 6ª Vara Federal Criminal, que já praticou diversos atos decisórios, inclusive proferiu sentença de mérito, nas várias ações penais que tratam do esquema criminoso que agia contra os interesses e o patrimônio do COFEN, do qual o paciente é acusado de integrar. Parece evidente, na hipótese, que o crime de lavagem de dinheiro imputado aos pacientes foi praticado com o escopo de ocultar e assegurar a vantagem daqueles que lhe antecederam.

Aliás, na lição de Eugênio Pacelli de Oliveira, tem-se a 'prorrogação de competência quando o órgão jurisdicional originariamente incompetente para o julgamento de determinado processo adquire a competência em virtude da aplicação de quaisquer das regras processuais que impõem a reunião de processos'.

Em outra frente, cumpre ressaltar que não se discute no presente **mandamus** a especialização das varas federais

HC 104.779 / RJ

criminais para processar e julgar crimes contra o sistema financeiro nacional e de lavagem de dinheiro, cuja validade já foi reafirmada em inúmeros precedentes do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça.

No caso em apreço, a prorrogação da competência do Juízo da 6ª Vara Federal Criminal decorre das regras de conexão previstas nos incisos II e III do art. 76 do Código de Processo Penal, com as quais contrasta o critério de fixação de competência estabelecido na Resolução Conjunta nº 01/2005. Esta, conquanto seja plenamente válida, não pode prevalecer, vale dizer, não pode se sobrepor às regras de competência do Código de Processo Penal.

Observa-se, ainda, que a especialização decorrente de ato normativo dos tribunais, embora válida, não pode ser equiparada às leis de organização judiciária previstas no art. 74 do Código de Processo Penal e no art. 91 do Código de Processo Civil. Em tal hipótese, a competência em razão da matéria, estatuída em lei, teria o condão de afastar os critérios de conexão e continência previstos no Código de Processo Penal. Mas assim não ocorre em relação aos atos infralegais dos Tribunais, que, a despeito de serem plenamente válidos, nos termos em que reconhecidos pela Suprema Corte, encontram limite na lei.

Além disso, em face da manifesta conexão entre os feitos, a redistribuição da ação originária para um dos Juízos especializados resultaria na redistribuição de todas as outras demandas, o que contraria a prevenção estabelecida no art. 2º, § 5º, da Resolução Conjunta nº 01/2005.

Vale enfatizar que o Juízo da 6ª Vara Federal Criminal determinou a realização de diligências de busca e apreensão e de quebra do sigilo bancário nos autos de medida cautelar, conexa a processo de sua competência, do qual decorre a ação penal a que respondem os pacientes, tornando-se preventivo em virtude da prática de referidos atos jurisdicionais" (fls. 59 a 67).

Nessa conformidade, voto pela **denegação** da ordem.

**29/03/2011****PRIMEIRA TURMA****HABEAS CORPUS 104.779 RIO DE JANEIRO****VOTO**

**O SENHOR MINISTRO LUIZ FUX** - Senhora Presidente, tenho impressão de que ficou clara a existência de conexão em duas modalidades. Havendo conexão, impõe-se o julgamento em juízo único, processo simultâneo.

Estou de acordo com o Ministro-Relator de que esses processos devem ser reunidos na 6ª Vara Federal, assim como também sustentou o ilustre Representante do Ministério Público.

**29/03/2011****PRIMEIRA TURMA****HABEAS CORPUS 104.779 RIO DE JANEIRO****VOTO**

**O SENHOR MINISTRO RICARDO LEWANDOWSKI** - Senhora Presidente, a jurisprudência da Casa bem como a doutrina têm assentado que a conexão é uma matéria de forte e inequívoco apelo fático, e comporta uma certa discricionariedade do magistrado. Realmente, pela leitura dos autos e pelo voto do eminente Relator, demonstrou-se que a conexão aqui está objetivamente comprovada, e o juiz, dentro da sua discricionariedade, a determinou.

Portanto, não há nenhuma ilegalidade flagrante a ser corrigida por meio deste *writ*.

Acompanho, então, o Relator.

**29/03/2011****PRIMEIRA TURMA****HABEAS CORPUS 104.779 RIO DE JANEIRO**

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO – Presidente, em passado recente, a defesa, em certo *habeas corpus*, propugnou pela manutenção de um processo no órgão que estaria a consubstanciar o juízo natural. A Turma proclamou, contra meu voto, que o processo tinha de ir para a vara especializada. Refiro-me ao *Habeas Corpus* nº 91.253.

Ninguém coloca em dúvida que a competência em razão da matéria é absoluta. E se o é, as demais formas derivadas de fixação da competência, como são a decorrente da conexão, a decorrente da continência, não se sobrepõem à premissa primeira, ou seja, a inafastabilidade da competência em razão da matéria. De sobreposição não se trata. Não se tem, contra o paciente, duas ações versando os mesmos fatos.

O que houve, então, na espécie? Como cabia fazer, porque há autorização normativa nesse sentido, deu-se a especialização de varas. E isso ocorreu tendo em conta, justamente, a matéria envolvida em possíveis processos. A denúncia, no caso concreto, foi ofertada em data posterior à especialização. Mas entendeu-se que estava preventa a 6ª Vara Federal do Rio de Janeiro. Constatado que a defesa, na maioria das vezes, foge do crivo da 6ª Vara Federal do Rio de Janeiro. Fui relator de inúmeros *habeas corpus* e não me cansei de elogiar a titular da Vara – nada tem a ver com a titular da Vara, Juíza Ana Paula Vieira de Carvalho, que ainda não conheço pessoalmente. Mas entendeu-se que estaria preventa a 6ª Vara muito mais pela conexão. Porque digo muito mais pela conexão, colocando-se em segundo plano a competência em razão da matéria? Porque, no acórdão do Regional Federal, ficou consignado que:

"Após diligências efetuadas no bojo da citada Medida Cautelar," – ajuizada levando em conta processo diverso já existente – "verificou-se que havia indícios" – indícios, simples indícios – "da prática do delito descrito no artigo 1º, V e VII, da

HC 104.779 / RJ

Lei nº 9.613/98 pelos pacientes, o que demandou uma apuração mais aprofundada" – tanto eram indícios que se disse da necessidade de uma apuração mais aprofundada.

Mas será que essa cautelar – ligada não ao processo a que responde o paciente, que deu origem remota a este *habeas corpus* – seria suficiente para mitigar o princípio básico da prevalência da competência em razão da matéria? A resposta, para mim, é, desenganadamente, negativa.

O SENHOR MINISTRO LUIZ FUX - Ministro, Vossa Excelência me permite? Até porque fico com vontade de provar que não participei desse acórdão a que Vossa Excelência se refere.

Eu parti de algumas premissas. A primeira delas é a de que a competência em razão da conexão é uma competência absoluta. Essa competência **ratione materiae** que desloca ....

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO – Aí é que temos divergência substancial.

O SENHOR MINISTRO LUIZ FUX - Exato.

E essa competência absoluta que desloca para a vara especializada é uma competência superveniente: quando a ação fora proposta num juízo comum, criou-se uma vara especializada. A ideia da lei é exatamente essa: ou ela, de início, tem de ser proposta na vara especializada, ou ela foi proposta no juízo comum e depois é deslocada. Agora, a competência pela conexão é tão absoluta quanto a competência **ratione materiae**. Por isso é que eu parti dessa premissa, daí a razão dessa pequena divergência.

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO – Reconheço mesmo – porque pude conhecer melhor o currículo de Vossa Excelência na caminhada encetada para aqui chegar – que não deveria me atrever a discutir com um processualista.

Mas não posso colocar, no mesmo patamar, competência em razão da matéria e competência em decorrência da conexão da prova ou da

**HC 104.779 / RJ**

continência, ou seja, envolvimento destes ou daqueles acusados. Se o fizer, o sistema processual – pelo menos o sistema que aprendi ainda nos bancos da Nacional de Direito – ficará capenga. A meu ver, cede à competência absoluta, cede e cede, diria, a mais não poder, a forma de fixação da competência por conexão, à existência da competência em razão da matéria. O próprio Código de Processo Penal assim revela, por exemplo, no inciso I do artigo 78:

"Art. 78 – Na determinação da competência por conexão ou continência, serão observadas as seguintes regras:

I - no concurso entre a competência do júri" – em razão da matéria – "e a de outro órgão da jurisdição comum, prevalecerá a competência do júri;"

E vai, por aí adiante, potencializando, como cabia fazer, a competência em razão da matéria.

Mas volto ao caso concreto. Colho, ainda, de um trecho do parecer, contendo transcrição de decisão do Tribunal Regional Federal, a norma que excepcionaria a fixação da competência em razão da matéria e excepcionaria para homenagear o que não ocorreu – sob a minha óptica, que não foi a da maioria dos integrantes da Turma – no julgamento do *Habeas Corpus* nº 91.253, o princípio do juiz natural:

§ 5º – Os inquéritos policiais, as ações penais, os processos cautelares e os procedimentos criminais diversos, nos quais tenha sido praticado ato jurisdicional de cunho decisório em data anterior à da publicação desta Resolução, permanecerão no órgão jurisdicional originário, prevento em razão da prática do referido ato.

Mas, indaga-se – não falaremos de cautelar, falaremos de uma ação qualquer, no bojo da qual surja o indício da prática de um outro crime, que por sua vez estaria a atrair a competência em razão da matéria, da vara especializada. Esse fato se enquadra na exceção estabelecida no § 5º



**HC 104.779 / RJ**

do artigo 2º da Resolução? A meu ver, não, porque quando o artigo 2º se refere à ação cautelar, é ação cautelar que diga respeito a um processo que possa surgir naquela vara, é ação cautelar que diga respeito a um processo já em tramitação na vara, não é ação cautelar no bojo da qual, repito, tenham surgido indícios de outra prática criminosa. A meu ver, não há campo para entender-se que a espécie se enquadra na exceção aberta na própria Resolução. Não bastasse a questão colocada, e há divergência nítida entre meu entendimento e o do processualista emérito Ministro Luiz Fux, no que afirmo que a competência em razão da matéria não cede a essa forma de fixação da competência, que é a competência por conexão, em razão da prova.

Presidente, peço vênua ao relator e aos colegas que o acompanharam para conceder a ordem, entendendo que não estava preventa a 6ª Vara Federal do Rio de Janeiro e que, no caso, a peça primeira da ação penal deveria ter sido alvo de distribuição, presentes as varas especializadas.

O SENHOR MINISTRO LUIZ FUX - Senhora Presidente, só uns embargos de declaração, para dizer o seguinte: o Ministro Marco Aurélio acompanhou a minha vida de perto como um irmão; são embargos de declaração para acrescentar esse qualificativo.

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO - Espero continuar acompanhando-a, aplaudindo-o na primeira fila.

29/03/2011

PRIMEIRA TURMA

**HABEAS CORPUS 104.779 RIO DE JANEIRO****VOTO**

**A SENHORA MINISTRA CÂRMEN LÚCIA (PRESIDENTE) -**  
Também peço vênias ao Ministro Marco Aurélio, e Sua Excelência já anotou, no outro julgamento, acho que nós não tínhamos entrado no mérito, discutimos a questão e não me lembro bem se discutimos...

**O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO -** Reconheço que o quadro de fundo era um pouco complicado. Envolvia questão ligada à Comarca de Ponta Porã e já imaginamos tráfico e outras coisas a mais.

**A SENHORA MINISTRA CÂRMEN LÚCIA (PRESIDENTE) -**  
Mas, realmente, foi discutida a matéria.

**O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO -** Mas ocorreu o inverso naquele caso. Sustentei o princípio do juiz natural, porque a ação já corria em uma certa Vara e o Tribunal assentou que isso não se sobrepunha à especialização. Foi justamente o inverso. Aqui, o que se quer é a predominância da especialização.

**A SENHORA MINISTRA CÂRMEN LÚCIA (PRESIDENTE) -**  
Exatamente. E o que estaria determinando - o Ministro Relator disse - é que neste caso há uma conexão que determinaria...

**O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO -** Em última análise, a 6ª Vara Federal fica especializada!

**A SENHORA MINISTRA CÂRMEN LÚCIA (PRESIDENTE) -**  
Uma especialização por conexão.

Mas, de toda a sorte, também vou manter, ainda aqui, aquele entendimento e acompanhar, com as vênias do Ministro Marco Aurélio, o

**HC 104.779 / RJ**

Ministro-Relator para denegar a ordem.

**PRIMEIRA TURMA****EXTRATO DE ATA****HABEAS CORPUS 104.779**

PROCED. : RIO DE JANEIRO

**RELATOR : MIN. DIAS TOFFOLI**

PACTE.(S) : JOSE MANOEL PAZOS ANTELO

PACTE.(S) : SELMA AQUINO LINS

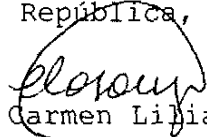
IMPTE.(S) : TATIANA BARBOSA DUARTE E OUTRO(A/S)

COATOR(A/S)(ES) : SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

**Decisão:** Por maioria de votos, a Turma denegou a ordem de *habeas corpus*, nos termos do voto do Relator, vencido o Senhor Ministro Marco Aurélio. Falou o Dr. Márcio Barandier, pelos Pacientes. Presidência da Senhora Ministra Cármen Lúcia. 1ª Turma, 29.3.2011.

Presidência da Senhora Ministra Cármen Lúcia. Presentes à Sessão os Senhores Ministros Marco Aurélio, Ricardo Lewandowski, Dias Toffoli e Luiz Fux.

Subprocurador-Geral da República, Dr. Edson Oliveira de Almeida.

  
Carmen Lillian  
Coordenadora